

RELATO INSTITUCIONAL

I - HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Fundação Educacional São José - FESJ, situada na avenida presidente Getúlio Vargas, nº 547, centro, no município de Santos Dumont, foi criada pela Lei Municipal nº 2.733, de 13/02/95 e instituída pelo Decreto Municipal nº 1323, de 17/03/95. A FESJ deu início às suas atividades, com a criação da Faculdade de Turismo, na época a única na região e segunda em todo o estado de Minas Gerais. O objetivo da mesma era oferecer uma perspectiva de estudo aos jovens sandumonenses, dando oportunidade de qualificação profissional em nível de graduação superior. Com o crescimento da demanda de cursos e o momento propício na região, outras faculdades foram criadas:

- Faculdade de Ciências Gerenciais: Curso de Administração de Empresas iniciando suas atividades em fevereiro de 2001; Curso de Sistemas de Informação em fevereiro de 2002; Ciências Contábeis em 2005.
- Instituto Superior de Educação: Curso Normal Superior com início das atividades em fevereiro de 2001 e transformado em Curso de Pedagogia em 2006; Cursos de Letras em 2005.
- Faculdade de Ciências Jurídicas: Curso de Direito com início das atividades em 2007. Até o mês de abril de 2007, as faculdades eram credenciadas e os cursos autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

Atualmente a Instituição conta em seu quadro de pessoal com 39 professores; 342 alunos na graduação; 22 alunos na pós-graduação e 23 alunos na extensão.

No âmbito da pós-graduação lato senso as Faculdades mencionadas ofereceram os seguintes cursos: Sistemas Computacionais com ênfase em Redes e Banco de Dados; Gestão Empresarial; Gestão Educacional; Psicopedagogia; Libras e Braille; Educação Infantil com ênfase em Psicomotricidade; Supervisão, Orientação e Inspeção Escolar. A implantação desses cursos trouxe importantes contribuições para a capacitação, especialização e inserção dos profissionais, no mercado de trabalho. Até o mês de abril de 2007, os cursos funcionaram com a autorização do Conselho Estadual de Educação (CEE). A implantação desses cursos e, num futuro, de novos cursos de graduação e pós-graduação, em função das demandas sociais, trouxe e vai trazer importantes benefícios para o processo de desenvolvimento da educação e

da cultura sandumontense, além de ser fator de transformação, crescimento social e progresso da cidade de Santos Dumont, M.G.. Deve-se destacar que também serão beneficiados os municípios que se localizam em seu entorno e sobre os quais o município exerce sua influência geográfica.

No presente momento encontra-se em funcionamento a Pós-Graduação em Supervisão, Orientação Educacional e Inspeção Escolar.

O programa de pesquisa e extensão encontra-se em processo de implantação, com a criação de uma coordenação própria para gerenciamento dos trabalhos, com regimento aprovado pelo CONSUP. Atualmente, encontra-se aberto edital para submissão de projetos de extensão; e já foi ministrado o curso de extensão Educação Financeira e Consumo, para alunos do 3º ano de uma Escola Pública; encontra-se em andamento outros cursos de extensão, a prática psicomotora em dificuldades de aprendizagem, atualização do Código Civil e o projeto Seja Dorense em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Santos Dumont.

Em relação ao programa de iniciação científica a Coordenação de pós-graduação, pesquisa e extensão vêm articulando com a Direção Pedagógica a adequação do programa para pesquisa da Faculdade de Santos Dumont. Para tanto, está sendo implementada uma proposta de incentivo à pesquisa e a iniciação científica contemplando a participação do aluno nas seguintes modalidades: a) facultativa, com a oferta de bolsa; b) facultativa, sem a oferta de bolsa; e c) obrigatória, sem oferta de bolsa.

Outrossim, é que se encontra em desenvolvimento o projeto de estudo: Otimização da Produtividade Empresarial sob orientação do Professor Me. Leonardo Mendes Vianna, que já atende a modalidade facultativa, sem oferta de bolsa.

A divulgação da produção acadêmica é realizada por meio de Seminários, Semana da Administração e Ciências Contábeis, do Direito e da Pedagogia. Outro meio utilizado pela IES é a revista digital, a qual se encontra na 10ª edição e no momento está sendo reformulada para atender as normas vigentes da academia.

Nesse quinquênio (2014 - 2018) a FESJ – Fundação Educacional São José, instituição mantenedora, objetiva proceder a transformação das Faculdades isoladas em Faculdades unificadas, para ao final, consolidar esse processo através do reconhecimento de uma única instituição mantida, a Faculdade de Santos Dumont. Para tanto, os objetivos, as metas e as ações previstos no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, voltam-se para todos os quatro cursos atualmente mantidos pela FESJ.

II - CONCEITOS OBTIDOS PELA IES NAS AVALIAÇÕES EXTERNAS INSTITUCIONAIS E DE CURSO

Curso	ENADE	CC	CPC
Administração	3 (2012)	3 (2012)	3 (2012)
Administração	3 (2009)	2 (2009)	3 (2012)
Ciências Contábeis	3 (2009)	SC	3 (2011)
Direito	3 (2012)	SC	4 (2011)
Pedagogia	2 (2011)	3 (2008)	3 (2010)

Fonte: Dados coletados – INEP/MEC – 2015

IES	CI
Faculdade de Ciências Gerenciais	3
Faculdade de Ciências Jurídicas	3
Instituto Superior de Educação	3

Fonte: Dados coletados – INEP/MEC – 2015

III - PROJETOS E PROCESSOS DE AVALIAÇÃO

A principal atribuição da Comissão Própria de Avaliação é a de constituir-se num instrumento primordial de auxílio à gestão da Instituição de Ensino Superior. Um aparato de monitoramento dos cenários, planos, metas e práticas estabelecidas na instituição, bem como um elemento de revisão de rumos e apoio ao planejamento.

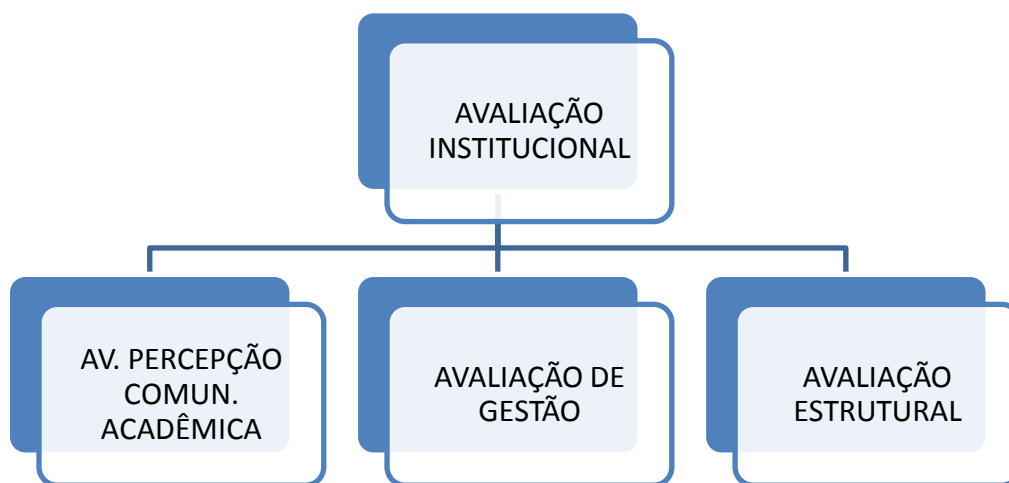
Para tanto, apoia-se na legislação educacional e em instrumentos de avaliação adotados como referência pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e outros que atendam a objetivos institucionais específicos.

A forma pela qual a CPA transforma as atividades da Instituição em informações relevantes à avaliação institucional é a coleta semestral de informações relativas a indicadores previamente definidos, os quais guardam estreita relação com o atendimento às normas legais e institucionais, bem como com os objetivos propostos.

Para que haja maior efetividade no processo de autoavaliação e que as informações levantadas possam colaborar para o desenvolvimento da instituição, as avaliações resultantes dos processos conduzidos pela CPA são levadas a público, principalmente à comunidade acadêmica, por meio dos murais internos, site institucional e apresentações periódicas de resultados.

Favorecendo a amplitude de acesso às informações divulgadas e permitindo que o maior número possível de interessados consiga prontamente decodificar as informações apresentadas, os dados deverão estar em linguagem fácil e intuitiva, com a inserção de gráficos e ilustrações que favoreçam a interpretação das informações.

Os critérios da Avaliação Institucional são definidos pela CPA, obedecendo-se as orientações e normatizações dos processos de avaliação institucional e de curso. Sua aplicação se dá em três perspectivas distintas, a Avaliação de Percepção da Comunidade Acadêmica, a Avaliação de Gestão e a Avaliação Estrutural.



A **Avaliação de Percepção da Comunidade Acadêmica** tem como objetivo a verificação do alcance dos objetivos e da atenção às normas na visão da comunidade acadêmica e local. Sua operacionalização se dá por meio da aplicação de questionários, tabulação e análise dos dados coletados.

A **Avaliação de Gestão** tem como objetivo avaliar o cumprimento de metas e políticas estabelecidas nos documentos oficiais, bem como a articulação entre as avaliações internas e externas com gestão institucional. Para tanto, a Comissão se vale de pesquisas documentais em registros administrativos, acadêmicos, etc., e de verificações e levantamentos *in loco*.

Já a **Avaliação Estrutural** segue os mesmos requisitos e instrumentos utilizados pelas avaliações externas e tem como objetivo a verificação do atendimento aos requisitos legais e aos referenciais mínimos de qualidade vigentes. Igualmente, para esta avaliação a Comissão se vale de pesquisas documentais em registros administrativos, acadêmicos, etc., e de verificações e levantamentos *in loco*.

Todo o processo de **Avaliação Institucional**, além da obediência às normas e referenciais mínimos de qualidade, está voltado à verificação das práticas adotadas a partir da constituição do Regimento Interno e do Plano de Desenvolvimento Institucional referentes ao quinquênio 2014-2018. Estes documentos estabeleceram nova organização administrativo-pedagógica para a IES a partir das recomendações e críticas manifestadas nos últimos processos avaliativos.

Esta organização tem a previsão de princípios gerais de operação, metas e ações a serem cumpridas, de acordo com as perspectivas estratégicas definidas pela Instituição, as quais foram identificadas na avaliação que segue.

Flexibilização Curricular: no intuito de promover maiores possibilidades de interdisciplinaridade e de adaptação da formação de cada aluno às suas aptidões, a IES vem buscando flexibilizar os currículos de seus cursos, promovendo discussões para aproximação conceitual dos currículos, a inserção de disciplinas eletivas e atividades acadêmicas conjuntas.

Incorporação de recursos Tecnológicos: buscando-se a adaptação ao perfil dinâmico que caracteriza o corpo discente das instituições de ensino, a Faculdade vem buscando alternativas tecnológicas que ampliem o contato com os alunos, disponibilize ferramentas de auxílio à prática profissional e ao trabalho em equipe de forma remota, sem o necessário encontro físico dos participantes. Neste aspecto, além da infraestrutura computacional, a instituição coloca à disposição dos discentes um software específico para a prática contábil (LEDWIN), um software de análises estatísticas (R-Project), e plataformas online para apoio ao processo de ensino e aprendizagem como o Moodle (atualmente utilizado como apoio às atividades de orientação) e o Google Apps (disponível e em processo de estudos para disseminação entre a comunidade acadêmica).

Atendimento aos discentes: Além do processo de ensino e aprendizagem, como forma de apoio e estímulo a permanência dos discentes, a instituição adota práticas de apoio monetárias e não monetárias. Inserida no planejamento estão as bolsas/descontos oferecidos pela própria instituição, com políticas e critérios próprios de seleção, a disponibilização do Financiamento Estudantil (FIES), oferta de estudos especiais de nivelamento a alunos dos primeiros anos de curso a fim de sanar a defasagem de conhecimentos do Ensino Médio; e o apoio a alunos com dificuldades na vida acadêmica, sejam de aprendizagem, relacionamento ou outras, por meio de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico que conta com duas responsáveis, uma pelo apoio psicológico e outra pelo apoio psicomotor.

Inclusão/Acessibilidade: Atenta à necessidade de inclusão de pessoas com necessidades especiais, a instituição busca constantemente a adaptação de estruturas e

processos internos. Para discentes com baixa visão recursos tecnológicos de ampliação de textos nos laboratórios, biblioteca e salas de aula. Para os cegos disponibiliza material em Braille e recursos tecnológicos como programas de leitura de textos - DOSVOX. Todos os cursos contam com a disciplina de Libras em suas estruturas curriculares, há disponível na instituição Interprete de Língua Brasileira de Sinais, o prédio encontra-se adaptado com sinalização horizontal, portas amplas, rampas e um elevador com acesso a todos os pisos da sede.

Responsabilidade Socioambiental: há ações da instituição visando ao apoio às atividades da comunidade do entorno, principalmente na cessão de seus espaços para eventos, campanhas, etc. como a concessão de uso da quadra poliesportiva, para escolinha de futebol da comunidade; para a realização de palestras de interesse da comunidade (drogas, câncer, meio ambiente, patrimônio cultural, código de defesa do consumidor, economia doméstica); doação de sangue nas dependências da FSD em parceria com o HEMOMINAS. Há também ações próprias como o atendimento jurídico gratuito; o Trote Solidário; e a abertura da Biblioteca “José Antônio Pedro” a toda comunidade sandumonense,

Pesquisa e Extensão: No âmbito da pesquisa e da extensão, a IES apoia as ações de pesquisa de seus docente por meio da flexibilização de horários, ajudas de custo; dá incentivos a discentes para auxílio/participação nos trabalhos de investigação desenvolvidos pelo corpo docente; desenvolve projetos de extensão universitária como a Educação Financeira, promove cursos e eventos com a participação de discentes e docentes abertos a toda a comunidade acadêmica e à comunidade local como as Semanas de Administração e Contabilidade, Semana Jurídica, Semana da Educação, Seminário de Educação Patrimonial, Curso de Declaração de Imposto de Renda PF; e incentiva a iniciação científica como no caso dos trabalhos semestrais de iniciação científica.

IV - DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Para a Faculdade de Santos Dumont, os últimos a anos configuraram-se num divisor de águas. Foi um ano de correção de rumos e realização de adequações necessárias à consolidação de seus fundamentos para que esses possam impulsionar o crescimento e a qualidade dos serviços oferecidos pela Faculdade e alavancar os retornos que a instituição dá à comunidade local.

Entende-se que este processo de adequação ocorrido em 2014 será de fundamental importância para o desenvolvimento e o progresso da instituição nos próximos anos. Neste ano foram estabelecidas as bases para que o crescimento da Instituição possa se dar de forma mais consciente e sustentável.

No ano, Planos e Regulamentos foram revistos no intuito de dar maior solidez e clareza às práticas acadêmicas e gerenciais. A instituição acredita que estará melhor estruturada para o próximo ciclo avaliativo e apresentará melhores resultados, expressos nos indicadores de qualidade definidos pelo Ministério da Educação.

V – PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Este plano é resultado do processo da avaliação “in loco” da Comissão de Avaliadores onde foram apontadas as seguintes deficiências:

Dimensão 2: “A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades”;

Dimensão 6: “Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios” e

Dimensão 8: “Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto avaliação institucional”. Foram apontadas importantes fragilidades no funcionamento da Instituição, tais como:

- a) As políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela FACIG não estão plenamente consonantes com aquilo que explicita o PDI, já que este contempla de modo integrado o desenvolvimento de ações conjuntas entre as três instituições que estão sob a chancela da Fundação Educacional São José;
- b) A organização e a gestão da FACIG ocorre de forma conjugada com as demais Faculdades mantidas pela Fundação Educacional São José, respeitando as políticas firmadas nos documentos oficiais, porém não garantindo a independência e autonomia específicas da FACIG;
- c) O CONSUP - Conselho Superior e o CPEPEX - Conselho de pesquisa e ensino, pós-graduação e extensão, estão devidamente regimentados, entretanto não há garantia de que a representatividade discente e docente pertençam à FACIG;
- d) Já o CONSEC - Conselho de Curso tem sua estrutura e funcionamento adequados aos referenciais mínimos de qualidade. A gestão institucional se pauta, na maioria das vezes, nos princípios estabelecidos em documentos oficiais. Porém, ocorrem ações visando à qualidade e à resolução de problemas pontuais que não estão pautadas em diretrizes específicas;
- e) A Comissão Própria de Avaliação está implantada e elabora relatórios anuais, entretanto não conta com reuniões formais e tem apenas ocasionalmente a participação de membro da comunidade externa. Já é de conhecimento deste grupo que deve ser dada atenção às etapas de sensibilização e de divulgação dos resultados. A IES vem implementando ações acadêmico-administrativas baseadas nos resultados das avaliações internas, as quais ainda não se refletem em políticas.

Tendo avaliado os apontamentos levantados pela Comissão, a Instituição entendeu que a essência dos problemas levantados estava na atual organização administrativo-pedagógica da instituição que subdivide-se em três Instituições de Ensino Superior, porém opera de forma unificada.

Assim que foram levantadas as questões acima expostas, quando da avaliação, a Instituição deu início aos trabalhos de desenvolvimento de medidas de correção dos problemas apontados pela Comissão de Avaliação do INEP. Foram iniciadas as ações de elaboração de um novo PDI e de um Regimento Interno que integrem as políticas, diretrizes e metas da Fundação Educacional São José para todos os cursos das IES's que mantém e racionalizem as operações pedagógicas e administrativas da Instituição. A meta é solicitar a unificação das Instituições de Ensino Superior mantidas pela Fundação, garantindo a participação dos docentes e discentes da Instituição Unificada nos órgãos colegiados e a consonância das políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas pela IES como explicita o PDI.

A correção da fragilidade apontada na dimensão 8 passou pela reestruturação do funcionamento da CPA, com a readequação de práticas e rotinas do órgão. A Instituição disponibilizou os recursos adequados ao funcionamento da Comissão, com a ampliação da abrangência de representação docente e discente na Comissão, bem como um representante do Corpo Técnico e um representante da comunidade civil, assim como a redefinição do Regimento da Comissão norteando a atuação de seus membros.

A instituição cumpriu adequadamente este compromisso. Tendo em vista que a formalização dos pedidos de unificação, agora, precisa atender ao calendário estabelecido pela SERES, única pendência que perdura sobre este quesito.

Além das fragilidades explicitadas nas dimensões descritas acima, a Comissão também registrou o não atendimento ao seguinte requisito legal:

O prédio da IES possui três andares. Nos dois primeiros, os portadores de necessidades especiais têm acesso por meio de rampas a secretaria, tesouraria, bibliotecas, salas de aula e banheiros com acessibilidade por meio de portas amplas e corrimão. Entretanto para o terceiro andar, onde funciona a coordenação do curso e a ouvidoria e núcleo de apoio pedagógico, a acessibilidade é restrita, visto que não há rampas ou elevador para condução de portadores de necessidades especiais. A Instituição apresentou um projeto que versa sobre suas Políticas de Acessibilidade no qual contempla suas intenções para contornar obstáculos para estudantes com baixa visão ou cegos e portadores de problemas de locomoção. Neste documento está descrito o projeto de implantação de um elevador, contudo o mesmo ainda não foi

submetido à Secretaria de Obras da Prefeitura de Santos Dumont para as devidas providências de autorização.

Neste sentido, a Instituição também cumpriu este compromisso tendo concluído a instalação do elevador adquirido da Thyssen Krupp Elevadores S/A - C.N.P.J. 90347840003052, em 16 de setembro de 2013, que se encontra em perfeito funcionamento, inclusive celebrou contrato de manutenção n. 118217, em 01/09/2014, com a referida empresa.

VI – PROCESSO DE GESTÃO

A estrutura organizacional da Faculdade de Santos Dumont é constituída pela sua mantenedora a Fundação Educacional São José - FESJ, Direção Executiva, Direção Pedagógica, Coordenações de Cursos e seus Colegiados, que compreendem o CONSUP, CONSEC, NDE e a CPA. Suas atribuições e competências estão indicadas em seus regimentos.

No capítulo VI – Seções I e II do estatuto da Fundação Educacional São José encontra-se descrito o relacionamento da Faculdade de Santos Dumont com a entidade mantenedora. A Faculdade de Santos Dumont é dependente da Entidade Mantenedora apenas quanto à manutenção de seus serviços, não havendo interferência, por parte desta, em nenhuma decisão que envolva o processo de ensino, pesquisa ou extensão, salvo quando decisões relativas a tais processos impliquem novos ônus, não inscritos em orçamentos aprovados.

Foi recentemente estabelecido um cronograma de atividades que se desenvolveu para suprir as fragilidades apontadas pela Comissão de Avaliação in loco enviada pelo INEP, descritas no item V, acima. Além dessas fragilidades, a Comissão também identificou o não atendimento ao requisito legal, acessibilidade.

Para saneamento das fragilidades apontadas, a Instituição propôs a adoção de um rol de medidas de adequação. Primeiramente, a IES comprometeu-se a reorganizar sua estrutura administrativo-pedagógica dando prosseguimento ao processo de solicitação de unificação das Instituições de Ensino Superior mantidas pela Fundação Educacional São José. Para tanto, se comprometeu e elaborou um novo Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018, concluído em outubro de 2014 e um novo Regimento Interno para a Faculdade de Santos Dumont (unificada). Ressalta-se, mais uma vez, que a formalização dos pedidos de

unificação, agora, precisa atender ao calendário estabelecido pela SERES, esta é a única pendência que perdura sobre este quesito.

Outro compromisso estabelecido pela IES foi a reestruturação do funcionamento da CPA, com a readequação de práticas e rotinas do órgão. A instituição cumpriu adequadamente esta proposta com a disponibilização de recursos adequados ao funcionamento da Comissão, com a ampliação da abrangência de representação docente e discente na comissão bem como o representante do Corpo Técnico e representante da comunidade civil, e com a redefinição do Regimento da Comissão norteando a atuação de seus membros.

Por fim, após equipar a infraestrutura quanto a acessibilidade, destaca-se que encontra-se instalado na Biblioteca programa para facilitar o acesso de portadores de necessidades especiais, cumprindo assim, satisfatoriamente, o seu protocolo de compromisso outrora afirmado.

VII – DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL

A transição do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais para o Sistema Federal de Educação tem proporcionado grandes desafios à Faculdade de Santos Dumont. Este processo gerou um amplo esforço da instituição para a revisão de suas práticas pedagógicas e administrativas que estão tendo reflexos até hoje.

No decurso da migração, a IES recebeu várias comissões de avaliação externas e implantou sua própria comissão de avaliação. Essas tornaram patente algumas das fragilidades da instituição que culminaram em diligências pontuais e na proposição de um protocolo de intenções de saneamento de tais fragilidades.

As medidas propostas, e aprovadas pelo Ministério da Educação, foram adequadamente implementadas restando por concluir somente formalização do pedido de unificação de mantidas, que depende da liberação de prazo para pedido junto à SERES.

Hoje a Instituição já tem seu prédio adaptado para a recepção de pessoas com necessidades especiais; uma comissão de avaliação melhor estruturada e com representatividade de todos os seguimentos da comunidade acadêmica; e documentos oficiais em acordo com o novo ordenamento avaliativo em que a Instituição se enquadra e adaptado à sua política de integração e unificação de suas mantidas.